

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 218

Poder Legislativo

Recife, sábado, 1º de dezembro de 2007

Canções natalinas marcam a última edição do Segunda Cultural 2007

Trio Opus e Pau Pereira são as atrações da noite. Eles tocarão clássicos e MPB

O último Segunda Cultural do ano, no próximo dia 3, promete emocionar o público que prestigia o projeto da Alepe. Em clima natalino, as duas atrações da edição de dezembro, Trio Opus e Pau Pereira, apresentarão temas clássicos das festas de final do ano e Música Popular Brasileira. O primeiro grupo é composto por alunos do Centro Profissionalizante de Criatividade Musical do Recife que se destacaram durante as aulas da disciplina Música de Câmara (10 a 15 instrumentos juntos). Já a segunda atração utiliza o vocal como instrumento mais importante das composições musicais. Os *shows* começam às 18h e a entrada é gratuita.

O criador e diretor artístico do Trio Opus, Newton Banks Júnior, explicou que o grupo é composto por três violinistas e que não há compromisso com nenhum estilo musical. "Tocam desde o barroco até a música moderna. O pacto é com a boa música", ressaltou. O Trio Opus é formado pelos músicos

Emerson Vieira, Ricardo Arão e Arthur Arão. "Eles apresentaram grande aproveitamento durante as aulas, as-

Evento começa às 18h, no Palácio Joaquim Nabuco, e a entrada é grátis

sim, surgiu, em março de 2006, a idéia de formar o grupo", relatou Banks.

Diferentemente do Trio Opus, o Pau Pereira não nasceu em uma sala de

aula, mas em rodas de viola. Um dos integrantes tocava violão, o outro levava o pandeiro e as batidas de percussão e o terceiro contribuiu com a voz, que se entrosou com os instrumentos dos dois anteriores. "Depois disso, os convites para animar festas tornaram-se sucessivos e trouxeram a preocupação com o repertório, arranjos e harmonias", contou Mazo Melo, vocalista do grupo. Segundo ele, o grupo é formado por três amigos e contabiliza dez anos de atividade. Melo, Dinho PT e Carlos Nascimento já se conheciam e eram músicos, mas, só em 1997, tiveram a idéia de trabalhar juntos.

O Segunda Cultural é um projeto da Alepe feito para valorizar os artistas e grupos culturais do Estado. Acontece na primeira segunda-feira útil de cada mês, sempre às 18h, e visa, também, aproximar o Poder Legislativo da sociedade. A iniciativa é da Mesa Diretora, em parceria com Departamento de Comunicação da Casa. Os artistas não cobram cachê pelas apresentações.

Campanha Alepe Solidária

JOÃO BITTA



ACÇÃO - Ana Paula fez uma cota e comprou cestas básicas

A Campanha Alepe Solidária já está recebendo doações dos servidores da Casa. Roupas, livros, brinquedos e alimentos não-percíveis começaram a chegar à Superintendência de Recursos Humanos. O objetivo é concretizar ações de responsabilidade social dos funcionários do Legislativo Estadual. Os participantes têm até o dia 7 de dezembro para fazer as doações.

Todo o material arrecadado será entregue a instituições de caridade, no dia 14 de dezembro, no Pátio de Eventos da Alepe. Para incentivar as doações, a Superintendência de Recursos Humanos vai premiar o setor e funcionário da Casa que alcançar o maior número de doativos. A superintendente Karla Vieira ressaltou a importância da Campanha Alepe Solidária. "A causa está sensibilizando os servidores da Casa.

Tenho certeza de que vamos alcançar nosso objetivo", frisou.

A técnica em Administração Ana Paula Novaes fez uma cota na Superintendência de Recursos Humanos e comprou cestas básicas. "A iniciativa é maravilhosa e deveria ser estendida a outros órgãos. É um ato de amor", declarou.

FEIRA - As inscrições para a 1ª Feira de Talentos Alepe se encerram no próximo dia 7. Os interessados em apresentar números de música e poesia ainda podem se dirigir ao Departamento de Gestão de Pessoas. Entretanto, a cota para os que desejavam expor trabalhos artísticos em barracas está esgotada.

A Feira será realizada entre os dias 10 e 14 de dezembro, no Pátio de Eventos, e pretende valorizar o potencial artístico e cultural dos funcionários da Assembléia.



RINALDO MARQUES

CANTATA - Em dezembro de 2006, o público se encantou com o talento de diversos corais, entre eles, o Vozes de Pernambuco

Atos

ATO Nº 756/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 93/2007, do Deputado Clodoaldo Magalhães, **RESOLVE**: exonerar **IOLANDA NOGUEIRA DA SILVA**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, nomeando para o referido cargo, **KLEBER DE SOUZA CROCIA**, atribuindo-lhe a gratificação de Representação de 120% (cento e vinte por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 30 de novembro de 2007.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº 757/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 181/2007, do Deputado Claudiano Martins, **RESOLVE**: exonerar **JOSÉ CARLOS BEZERRA**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, nomeando para o referido cargo, **EMILIANNE MARIA BEZERRA MALTA**, atribuindo-lhe a gratificação de Representação de 55% (cinquenta e cinco por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 30 de novembro de 2007.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº 758/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 036/2007, do Deputado Alberto Feitosa, **RESOLVE**: exonerar dos cargos em comissão daquele Gabinete, a partir de 03 de dezembro do corrente ano, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

NOME	CARGO	SÍMBOLO
ADELLIE REGINA FERIA RAMOS	Assessor Especial	PL-ASC
FRANCISCO ROBERTO DA SILVA	Secretário Parlamentar	PL-SPC
MARTA LÚCIA VEIEIRA GUIMARÃES	Secretário Parlamentar	PL-SPC

Sala Torres Galvão, 30 de novembro de 2007.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº 759/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido nos Ofícios nº 036 /2007, do Deputado Alberto Feitosa, **RESOLVE**: nomear para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhes as gratificações de Representação, a partir de 03 de dezembro do corrente ano, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP.
ADELLIE REGINA FARIA RAMOS	Chefe de Gabinete / PL-CGC	18,92%
FRANCISCO ROBERTO DA SILVA	Assessor Especial / PL-ASC	44,5%
MARTA LÚCIA VIEIRA GUIMARÃES	Assessor Especial / PL-ASC	44,5%

Sala Torres Galvão, 30 de novembro de 2007.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

Parecer de Comissão

Parecer Nº 1074/2007

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 429/2007

Origem: Poder Executivo
Autoria: Governador do Estado

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Izaías Régis; 2º Vice-Presidente, Deputado Ciro Coelho; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Raimundo Pimentel; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretário, Deputado Henrique Queiroz. **Procuradoria Geral,** Ismar Teixeira Cabral (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Paulo César Menezes Teixeira (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa,** Adriana Alves Araújo (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Karla de Fátima Mendes Vieira (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Braulio José de Lira C. Torres; **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Marcelo Cabral e Silva (Superintendente); **Cerimonial,** Franklin Bezerra Santos (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência de Segurança Legislativa,** Coronel Ricardo Ferreira de Lima (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo,** Jurandir Bezerra Lins (Assistente Educacional); **Auditagem,** Gildo Dantas Correia de Góis (Auditor-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Cláudia Lucena (Assistente de Comunicação Social); **Chefe de Departamento de Imprensa,** Marconi Glauco; **Editora:** Andréa Tavares; **Redatores:** Antônio Azevedo, Fernanda Rodrigues, Larissa Rodrigues, Renata Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera, Carlos Oliveira, João Bitta, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alcécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Rosângela Almeida, Silvana Fonseca e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários:** Andréa Neves, Monique Cabral, Priscilla Aguiar, Rodrigo Ferreira e Solange Mendonça. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** dimprensa@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

Emenda: Ajusta critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos Municípios, nos termos da Lei nº 10.489, de 02 de outubro de 1990, e alterações. **Pela aprovação.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária N.º 429/2007, encaminhado através da Mensagem Governamental N.º 157/2007, de 20 de novembro de 2007, assinada pelo Exmo. Governador do Estado Eduardo Henrique Accioly Campos, o qual solicitou adoção do regime de urgência na tramitação dessa matéria, valendo-se do art. 21 da Constituição Estadual.

O Projeto de Lei considerado tem por objetivo promover ajustes na Lei nº 10.489, de 02 de outubro de 1990, e alterações, que disciplina os critérios de distribuição da quota-parte do ICMS que cabe aos Municípios, com a finalidade de aperfeiçoar a sistemática de repartição do ICMS neste Estado, buscando sua desconcentração e favorecendo critérios sociais, ambientais e econômicos no cômputo do Índice de Participação dos Municípios – IPM.

As medidas propostas consistem, basicamente, em:

I) alteração de critérios já existentes:

a) diminuição do percentual do critério das “diferenças positivas” dos atuais 17% para 6%, redistribuindo a diferença de 11% para critérios socioeconômicos;

b) limitação da participação dos Municípios no critério das “diferenças positivas” para aqueles que apresentem valor adicionado “per capita” inferior ao do Estado;

II) inclusão de novos critérios:

a) 1% segundo a quantidade de equipes do Programa Saúde da Família – PSF, “per capita”, no Município, de maneira que, quanto maior o referido índice, maior será o repasse;

b) 3% segundo o PIB “per capita” do Município, de maneira que, quanto menor o referido índice, maior será o repasse;

c) 3% segundo a taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI, compreendendo, em especial, homicídios, de maneira que, quanto menor o referido índice, maior será o repasse;

d) 3% segundo a população do Município em relação à população do Estado, de maneira que, quanto maior a população, maior será o repasse;

e) substituição do critério de número de alunos matriculados nas redes municipais de ensino pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, do Município, com ampliação do percentual de 2% para 3% nesse critério relacionado com a área de educação.

Foram apresentadas duas emendas a essa matéria:

Emenda Aditiva O1 da Deputada Terezinha Nunes que altera a redação do subitem 2.7 do item 2 da alínea d do inciso II do artigo 2º do Projeto de Lei Ordinária N.º 429/2007. Essa emenda pretende minimizar os impactos negativos nos municípios que abrigam estabelecimentos prisionais concedendo-lhes um acréscimo na partilha do ICMS - o ICMS sócio ambiental que será um dos percentuais desse imposto estadual não se constituindo, portanto, em um novo tributo.

Emenda Modificativa 02 do Deputado Augusto Coutinho que altera o artigo 1º do Projeto de Lei Ordinária N.º 429/2007. com o objetivo de modificar critérios de distribuição da cota do ICMS aos municípios.

2. Parecer do Relator

A matéria analisada não infringe as legislações, orçamentárias, financeiras ou tributárias. Por isso, sou favorável à aprovação da do Projeto de Lei Ordinária N.º 429/2007 juntamente com a Emenda Modificativa N.º 01, inclusive com as alterações introduzidas pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça; considerando como rejeitada a Emenda Modificativa N.º 02/2007.

Sebastião Rufino
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer fundamentado do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação recomenda a aprovação do Projeto de Lei Ordinária N.º 429/2007, de autoria do Governador do Estado juntamente com a Emenda Modificativa N.º 01/2007 apresentada pela Deputada Terezinha Nunes, inclusive com as alterações introduzidas pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, e optando pela rejeição da Emenda Modificativa N.º 02/2007 do Deputado Augusto Coutinho.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 29 de novembro de 2007.

Presidente em exercício: Antônio Moraes.

Relator : Sebastião Rufino.

Favoráveis os (4) deputados: Eduardo Porto, Manoel Ferreira, Mavial Cavalcanti, Sebastião Rufino.

Ata de Comissão

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE REALIZADA AOS ONZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E SETE.

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, às doze horas, no Plenarinho II, localizado no quinto andar do Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco - Edifício Senador Nilo Coelho, nos termos regimentais e em obediência à convocação por edital do Presidente deste Colegiado Técnico, reuniram-se os Deputados membros titulares ALBERTO FEITOSA (PR), CLODOALDO MAGALHÃES (PTB) e MIRIAM LACERDA (DEM), sob a Presidência do Deputado AIRINHO DE SÁ CARVALHO (PSB). Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião e em seguida convidou a Deputada Miriam Lacerda para secretariá-lo, ao qual passou a palavra para leitura da Ata da Reunião Ordinária anterior, após ser colocada em discussão e em votação a Ata foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento, o Sr. Presidente distribuiu os seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei Ordinária nº 311/2007, de autoria do Deputado Henrique Queiroz, ao próprio Presidente, Deputado Airinho de Sá Carvalho, como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 313/2007, de autoria da Deputada Teresa Leitão, ao Deputado Clodoaldo Magalhães, como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 317/2007, de autoria do Deputado Esmeraldo Santos, à Deputada Miriam Lacerda, como Relatora. Em seguida, o Sr. Presidente passou a discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 84/2007 e suas Emendas, Substitutivo e Subemendas, e passou a palavra ao Deputado Clodoaldo Magalhães, que passou a emitir de seu parecer, pela aprovação, nos termos do substitutivo e com acolhimento das alterações apresentadas pelas Subemendas, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, em seguida, o Sr. Presidente passou a discussão extra-pauta do Projeto de Lei Ordinária nº 283/2007 e sua Emenda, e passou a palavra à Deputada Miriam Lacerda, que passou a emitir de seu parecer, pela aprovação, com acolhimento das alterações apresentadas pela Emenda, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, ato contínuo o Sr. Presidente passou a discussão extra-pauta do Projeto de Lei Ordinária nº 285/2007 e sua Emenda, e retomou a palavra à Deputada Miriam Lacerda, que passou a emitir de seu parecer, pela aprovação, com acolhimento das alterações apresentadas pela Emenda, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Dando prosseguimento, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos Deputados presentes, que agradeceram mas não fizeram uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião e avisou que a próxima reunião da Comissão seria convocada por edital. E, para que tudo conste, eu, George Monteiro Falcão, que secretariei os trabalhos, lavrei e fiz imprimir a presente ata, que vai assinada pelos deputados presentes.

Sala das reuniões, em 11 de outubro de 2007.

Airinho de Sá Carvalho
Presidente

Membros Titulares:

Alberto Feitosa
Clodoaldo Magalhães
João Negromonte
Miriam Lacerda

Pronunciamentos

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR FILHO NA REUNIÃO DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2007.

HOSPITAL DO EXÉRCITO NO RECIFE

Venho à tribuna nesta tarde enaltecer e parabenizar a diretoria do Hospital Geral do Exército no Recife, nas pessoas do seu diretor, o Coronel Lucena, o sub-diretor, o Coronel Madeiro e o Chefe da Odontoclínica, o Tenente Coronel Leo pela qualidade dos serviços prestados aos usuários. Com uma infra-estrutura que proporciona aos profissionais as condições para promover um atendimento eficiente e humanizado, o Hospital do

